

Ações de educação ambiental no Parque Natural Municipal de Marapendi**Environmental education actions in the Marapendi Municipal Natural Park**

Recebimento dos originais: 20/07/2019

Aceitação para publicação: 30/08/2019

Taíssa Barcelos Casanova da Silva

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Castelo Branco (UCB)

Instituição: Universidade Castelo Branco (UCB)

Endereço: Av. Santa Cruz, 1631, Realengo, Rio de Janeiro/ RJ

E-mail: taissabarcelosc@gmail.com

Thamires Lelis Barbosa da Silva

Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pelo Centro Universitário

Estadual da Zona Oeste (UEZO)

Instituição: Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO)

Endereço: Av. Manuel Caldeira de Alvarenga, 1203, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ

E-mail: tlelis.bio@gmail.com

Marcelo de Araujo Soares

Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP)

Instituição: Universidade Castelo Branco (UCB)

Endereço: Av. Santa Cruz, 1631, Realengo, Rio de Janeiro/ RJ

E-mail: msoares@castelobranco.br

RESUMO

A Mata Atlântica é um dos 25 hotspots mundiais de biodiversidade. O acesso e a penetração no seu interior são mais fáceis nas áreas de preservação ambiental, como parques nacionais e estaduais e reservas ecológicas. O Parque Natural Municipal de Marapendi é composto pelas áreas que fazem fronteira com a Lagoa de Marapendi. As espécies de flora e fauna encontradas no parque são tipicamente de áreas de manguezal e restinga associadas à Mata Atlântica. A educação ambiental é um processo que busca elucidar valores e desenvolver atitudes que permitam adotar uma posição consciente e participativa relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais. Este trabalho teve por objetivo promover ações de educação ambiental no Parque Natural Municipal de Marapendi, buscando desenvolver atitudes e formas de pensar voltadas à conservação e utilização dos seus recursos naturais. A principal metodologia adotada foi o estudo quantitativo de coleta de informações que proporcionou a observação do conhecimento dos visitantes sobre a importância do Parque assim como questões relacionadas à educação ambiental. Concluimos, que a educação ambiental é importante para modificar a forma com que as pessoas percebem e se relacionam com o meio ambiente. A educação ambiental em Unidades de Conservação ajuda na compreensão do que são esses espaços, valorizando-os e assumindo um compromisso de conservação e cuidado.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Parque Marapendi, Mata Atlântica, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The Atlantic forest is one of the 25 world biodiversity hotspots. The access in the interior is easier in the areas of environmental preservation, such as national and state parks and ecological reserves. The Marapendi Municipal Natural Park consists of the areas bordering the Marapendi lagoon. The flora and

fauna species found in the park are typically from mangrove and sandbank areas associated with the Atlantic forest. Environmental education is a process that seeks to elucidate social values and develop attitudes that allow assuming a conscious and participatory position related to the conservation and proper use of natural resources. This work aimed to promote environmental education actions in the Marapendi Municipal Natural Park, seeking to develop attitudes and ways of thinking focused on the conservation and use of natural resources. The main methodology adopted was the quantitative study of information collection that provided the observation of visitors knowledge about the importance of the park as well as issues related to environmental education. We conclude that environmental education is important to modify the way people understand and relate to the environment. Environmental education in conservation units helps in understanding what these spaces are, valuing them and assuming a commitment to conservation and care.

Keywords: Environmental Education, Marapendi Park, Atlantic Forest, Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é um dos 25 *hotspots* mundiais de biodiversidade (MYERS *et al.*, 2000). Segundo Varjabedian (2010), a Mata Atlântica é considerada um dos maiores repositórios de biodiversidade do planeta e detém o recorde de plantas lenhosas por hectare e cerca de 20 mil espécies vegetais, sendo oito mil delas endêmicas, além de recordes de quantidade de espécies e endemismo em vários outros grupos de plantas. A conservação da biodiversidade é um dos componentes essenciais para a sustentabilidade nas suas dimensões ecológica, econômica e sociocultural (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

No que diz respeito à fauna silvestre, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, a Mata Atlântica abriga cerca de 250 espécies de mamíferos (55 deles endêmicos), 340 de anfíbios (87 endêmicos), 197 de répteis (60 endêmicos), 1.023 de aves (188 endêmicas), além de, aproximadamente, 350 espécies de peixes (133 endêmicas). Isso sem falar de insetos e demais invertebrados e das espécies que ainda nem foram descobertas pela ciência (VARJABEDIAN, 2010). O acesso e a penetração no seu interior são mais fáceis nas áreas de preservação ambiental, como parques nacionais e estaduais e reservas ecológicas (PEREIRA, 2009).

Originalmente, a Mata Atlântica ocupava 1.290.000 km², ou seja, algo em torno de 12% do território brasileiro. Mesmo reduzida atualmente a cerca de 7% de seu território original e muito fragmentado, a Mata Atlântica possui uma importância social e ambiental enorme (VARJABEDIAN, 2010).

Segundo Lignani *et al.*, (2011), as pessoas residentes em áreas urbanas e metrópoles tendem a sentirem-se desconectadas dos processos naturais que envolvem as condições e a manutenção da vida na biosfera. Como consequência desta sensação de não pertencimento aos processos do mundo natural, “... sua qualidade de vida diminui, apresentam pouca compreensão dos benefícios advindos das áreas

naturais e podem ser menos suscetíveis a prestar apoio político às iniciativas de conservação” (BUSHELL & EAGLES, 2007).

Em decorrência do uso indiscriminado dos recursos naturais pelo homem, uma série de problemas tem sido ocasionados, sendo um deles a perda da biodiversidade (RESENDE & LANI, 2002). Um dos principais mecanismos para a conservação da biodiversidade tem sido o estabelecimento de áreas protegidas, ou unidades de conservação (UC's) (FERREIRA *et al.*, 2006).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2000). O Brasil, país com altíssima biodiversidade e que enfrenta graves problemas ambientais, conta com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), protegendo áreas que ainda mantêm preservadas fauna e flora características da região onde estão localizadas, bem como espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (REMPEL *et al.*, 2008).

Verifica-se que o SNUC é atualmente o quarto maior sistema de unidades de conservação do mundo. Ele abrange cerca de 1,4 milhões de km² ou em torno de 15% do território nacional. Entre 2003 e 2008 houve um rápido aumento do número de áreas protegidas (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

O Rio de Janeiro é uma cidade mundialmente conhecida por suas belezas naturais, por sua riqueza cultural e pelos frequentes eventos de entretenimento (CARVALHO & CATÓLICO, 2015). A alta densidade demográfica, o histórico de ocupação territorial desordenada, as atividades econômicas desenvolvidas, o mau uso dos recursos naturais, a falta de tratamento de efluentes e resíduos, entre outros, contribuíram para a deterioração da qualidade de vida urbana e para a elevação dos índices de poluição e degradação ambiental (LIGNANI *et al.*, 2011).

Uma metrópole do porte do Rio de Janeiro não pode mais permitir o esgotamento de suas reservas naturais. A natureza é um sistema complexo e interdependente. Portanto, a retirada de qualquer espécie abala o todo (CARVALHO & CATÓLICO, 2015).

O termo Unidade de Conservação, definido pela Lei 9.985/00, refere-se ao “espaço territorial e seus recursos ambientais [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público” (BRASIL, 2000).

Desde a criação das primeiras UCs, uma das grandes dificuldades enfrentadas é a falta de envolvimento das comunidades tradicionais ou lindeiras a essas áreas protegidas para com o seu manejo e conservação mais eficientes, ocorrendo divergências entre a população e os setores responsáveis por sua criação (BRESOLIN *et al.*, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro tem 56 Unidades de Conservação, sendo 33 pertencentes à categoria de Uso Sustentável e 23 Unidades de Preservação Integral (LIGNANI *et al.*, 2011). O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Constituem o Grupo de Unidades de Uso sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

As Unidades de Uso Sustentável são menos restritivas em relação ao uso do solo, compatibilizando, em muitos casos, sua criação com a permanência de populações humanas e elevado grau de interferência antrópica. Além disso, envolvem menos questões burocráticas e fundiárias para sua criação, pois não exigem a remoção e indenização de moradores do local (LIGNANI *et al.*, 2011).

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O grupo de Unidades de Proteção Integral é composto por: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. (BRASIL, 2000).

Tendo em vista o objetivo central da criação das unidades de conservação em proteger a diversidade biológica, torna-se fundamental considerar os seres humanos no processo de criação de UC's (TORRES & OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, áreas naturais protegidas, como as unidades de conservação, são privilegiadas para a atuação em educação ambiental, especialmente sobre o tema biodiversidade (SAMMARCO, 2005).

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Quando criado pelo Estado ou Município, é denominado respectivamente, Parque Estadual ou Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000).

O Parque Natural Municipal de Marapendi é composto pelas áreas que fazem fronteira com a Lagoa de Marapendi (MELO *et al.*, 2018). O Parque Marapendi, como é popularmente conhecido, foi confirmado pelo município do Rio de Janeiro em 1978 como Parque Zoobotânico de Marapendi. Em 1996, a Secretaria Municipal de Marapendi tomou posse de sua administração e alterou o seu nome para Parque Natural Municipal de Marapendi (IBAM, 1998).

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, localizada no município do Rio de Janeiro, foi criada em 1991, para preservar um dos últimos e significativos remanescentes de manguezal e

restinga na orla da Lagoa de Marapendi. Nela estão incluídos a Lagoa de Marapendi, seus entornos e o Parque Natural Municipal de Marapendi (PNM de Marapendi) (BARROS & BUENO, 2007).

As espécies de flora e fauna encontradas no parque são tipicamente de áreas de manguezal e restinga associadas à Mata Atlântica (IBAM, 1998). Os manguezais são quase exclusivamente tropicais. Isto sugere uma limitação, deste ecossistema, pelo microclima, em particular, pela temperatura. A distribuição dos manguezais correlaciona-se diretamente com a temperatura do mar (HOGARTH, 1999). As espécies vegetais dos manguezais possuem adaptações especiais às diferentes condições do meio, algumas árvores vistosas têm raízes que descem dos troncos e se afundam pelo substrato (SILVA *et al.*, 2006). Os manguezais são sistemas muito produtivos, por oferecerem espaço vital para numerosas espécies de peixes, moluscos e caranguejos (HOGARTH, 1999).

O bioma, de restinga possui uma vegetação característica devido a uma combinação de fatores físicos e químicos destas regiões, tais como elevada temperatura, salinidade, grande deposição de salsugem e alta exposição à luminosidade (FRANCO *et al.*, 1984). Em relação aos invertebrados, há uma carência de estudos comparativos entre a fauna das restingas com a de outras formações vegetais que possam testar o padrão geral estabelecido pelas comunidades vegetais e de vertebrados (VASCONCELLOS *et al.*, 2005). Análises da estrutura florística e da fauna de vertebrados demonstraram que as restingas representam uma extensão da distribuição de muitas espécies que ocorrem em outros ecossistemas, como Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado (ESTEVEZ & LACERDA, 2000).

A manutenção das múltiplas funções dos ecossistemas depende da manutenção de grande número de espécies. Logo, a perda de diversidade biológica afeta as funções e serviços dos ecossistemas e, conseqüentemente, sua sustentabilidade (HECTOR & BAGCHI, 2007).

Uma das formas que se pode destacar para a aproximação e compromisso da população, em relação às áreas protegidas, é fazê-la pensar sobre a UC, os benefícios diretos e indiretos que ela apresenta para o local e o papel de cada cidadão na sua conservação, ou seja, buscar a percepção ambiental que as pessoas têm sobre a UC (BRESOLIN *et al.*, 2010).

De acordo com Silva & Junqueira (2007), para estimular a percepção das pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo de conservação de áreas naturais e das espécies nela abrigadas, é imprescindível ter como mediadores os educadores ambientais, que são o elo entre a ciência e conservação ambiental, onde a participação das populações envolvidas é fundamental.

Através da pesquisa voltada à percepção ambiental é possível identificar a verdadeira relação existente entre o homem e a natureza e dessa forma elaborar uma importante base de dados para o planejamento e implementação da educação ambiental (EA) em UC's (TORRES & OLIVEIRA, 2008).

Segundo Reigotta (2002), os estudos de percepção, além de subsidiarem a realização de projetos/ programas e atividades de EA, formal e não formal, ajudam na formulação de políticas públicas e concedem suporte para as diferentes estratégias a serem adotadas. Ou seja, entender como as pessoas veem uma UC (seus valores ecológicos, estéticos e até mesmo espirituais), e que expectativas têm quanto à mesma, facilita o envolvimento em sua gestão e conservação.

A educação ambiental é um processo que busca elucidar valores e desenvolver atitudes que permitam adotar uma posição consciente e participativa relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais (PEDRINI, 2002).

No que concerne a educação ambiental, suas diretrizes e sua inserção na agenda internacional têm como marco a Conferência de Estocolmo, em 1972. No Brasil, a institucionalização da temática no âmbito do governo federal iniciou-se no ano seguinte, 1973, quando da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (MENDONÇA & CÂMARA, 2012).

O Brasil é o único país da América Latina que tem uma Política Nacional direcionada a educação ambiental. Pode-se dizer que essa foi uma grande conquista política, porém, devido às discussões terem iniciado de forma tardia no país, a Educação Ambiental na sua execução apresenta grandes dificuldades (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

A institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) por meio da lei federal de nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, apresenta a necessidade de inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino. A constituição brasileira, reformada em 1988, também destinou um capítulo para tratar da temática meio ambiente-capítulo VI, artigo 225 (MENDONÇA & CÂMARA, 2012).

Podemos considerar a existência de duas grandes tendências da educação ambiental: uma conservadora e outra crítica. A educação ambiental Conservacionista ou Convencional é aquela EA que tem suas ações práticas dirigidas para a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

Segundo Mauro Guimarães, o objetivo da EA Crítica, é promover ambientes educativos que possam interferir sobre a realidade e seus problemas socioambientais e nesse processo educativo, num exercício ativo de cidadania dos educandos e educadores, contribuindo na transformação da grave crise socioambiental (BERTOLUCCI *et al.*, 2005).

Assim, o estudo da percepção ambiental se torna fundamental para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente no qual vive, suas expectativas, satisfações e insatisfações, valores e condutas, como cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio (MELAZO, 2005).

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida (JACOBI, 2003).

A tomada de consciência é fator fundamental para que se possa iniciar um processo de educação ambiental internalizado em cada indivíduo através da percepção ambiental, e, dando continuidade a esse processo por meio de ações concretas que objetivem uma construção social capaz de reeducar o homem (CUNHA & LEITE, 2009).

A educação ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, em seus aspectos formais e não formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos, adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras (PEDRINI, 2002).

Leff *et al.*, (2001), fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Apesar de vivermos em um mundo com valores totalmente capitalistas, artificiais e materiais girando em torno do capital financeiro, do poderio de compra e das inovações tecnológicas, não podemos pensar que seja utópico, a concretização dos princípios do desenvolvimento sustentável na prática, mesmo que este seja um processo em longo prazo (MELAZO, 2005).

Este trabalho teve por objetivo promover ações de educação ambiental no Parque Natural Municipal de Marapendi, buscando desenvolver atitudes e formas de pensar voltadas à conservação e utilização dos seus recursos naturais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido com os visitantes do Parque Natural Municipal de Marapendi (PNMM), localizado na Av. Alfredo Baltazar da Silveira, 635, no bairro do Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O parque se estende pelo litoral da Barra da Tijuca, entre a Avenida Sernambetiba e a Avenida das Américas, e ao longo das áreas marginais à Lagoa de Marapendi. Por estar situado em área urbana, o

PNMM sofre diversos impactos antrópicos, como uma intensa especulação imobiliária ao longo dos anos (MONTEIRO *et al.*, 2016).

A principal metodologia adotada foi o estudo quantitativo de coleta de informações que proporcionou a observação do conhecimento dos visitantes sobre a importância do Parque assim como questões relacionadas à educação ambiental. Segundo Dalfovo *et al.*, (2008), o método quantitativo é tudo que pode ser mensurado em números, classificados e analisados, fazendo uso de técnicas estatísticas.

A avaliação foi realizada a partir da análise das respostas do questionário, que continha sete perguntas, aplicado aos visitantes do Parque durante os finais de semana. Foram aplicados 100 (cem) questionários aos visitantes do Parque Natural Municipal de Marapendi durante os meses de maio a julho de 2019.

Deste modo, foi possível identificar nos visitantes, concepções relacionadas ao bioma do Parque, sua importância para a população do entorno, assim como conceitos e a relevância de atividades de educação ambiental. Introduzindo também, novas formas de pensar e agir com relação à preservação do meio ambiente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de entrevistados, 67% são do sexo feminino e 33% do sexo masculino (figura 1).

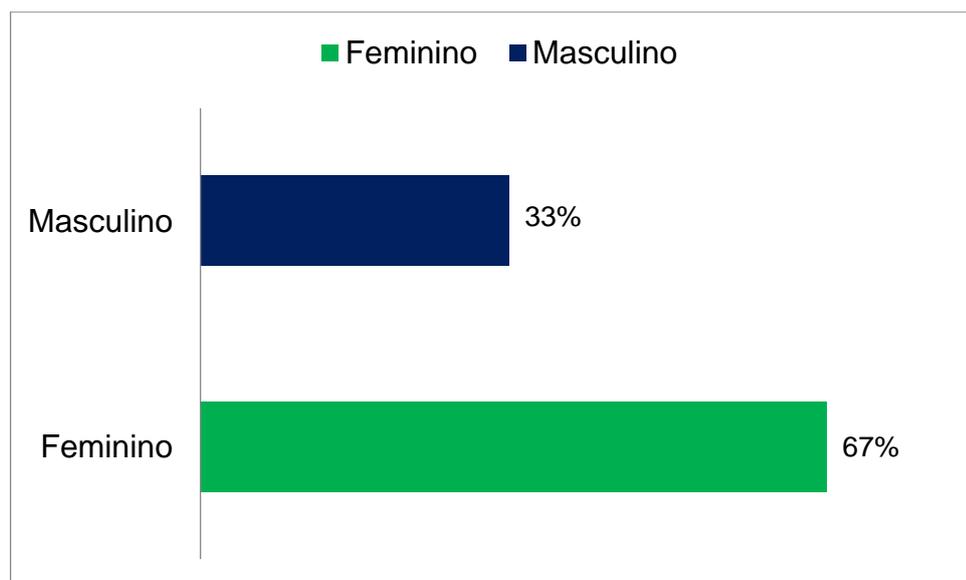


Figura 1 - Gênero dos visitantes.

O resultado é análogo a pesquisa de DALL'OGGIO *et al.*, (2017) no Parque dos Buritis, onde aproximadamente 61% dos entrevistados são do sexo feminino. E com o trabalho de Souza & Martos

(2008), realizado na Floresta Nacional de Ipanema, Iperó- SP, onde as pessoas do sexo feminino correspondem a 56, 25% do total de entrevistados.

Estes dados mostram tendência da participação efetiva da mulher em atividades de lazer e recreação fora do ambiente domiciliar e, as suas necessidades de contato com a natureza (TOMIAZZI *et al.*, 2006). Sugerindo a crescente preocupação com a qualidade de vida e atividades físicas (VAZ, 2010).

Com relação à faixa etária dos visitantes entrevistados, as idades variaram entre os 18 e 83 anos. Os visitantes com idades entre os 29 e 39 anos prevaleceram, seguidos dos visitantes entre 40 e 50 anos (figura 2).

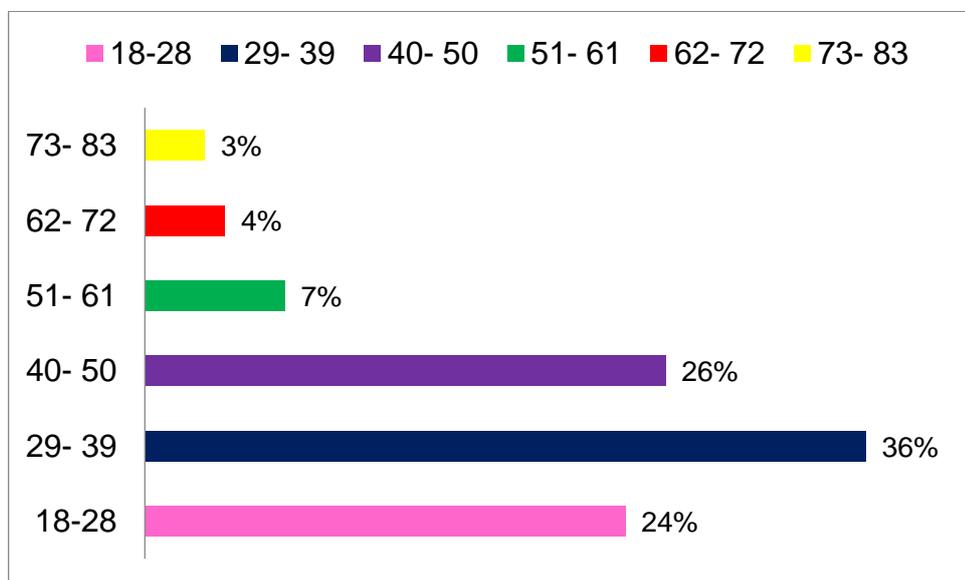


Figura 2 - Faixa etária dos entrevistados.

Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa realizada no Parque Natural Municipal de Açude da Concórdia, onde os visitantes de 31 a 40 e 41 a 50 anos, juntos, correspondem a 25,9% dos entrevistados. Nota-se, que por estarem dentro da faixa economicamente ativa, tais usuários preferem afastar-se do ritmo das cidades, na procura por lazer em áreas naturais, o que sugere a busca por qualidade de vida (VAZ, 2010).

Ao serem questionados se moravam no entorno do Parque ou em região próxima, 72% dos visitantes afirmaram morar no entorno do Parque (figura 3).

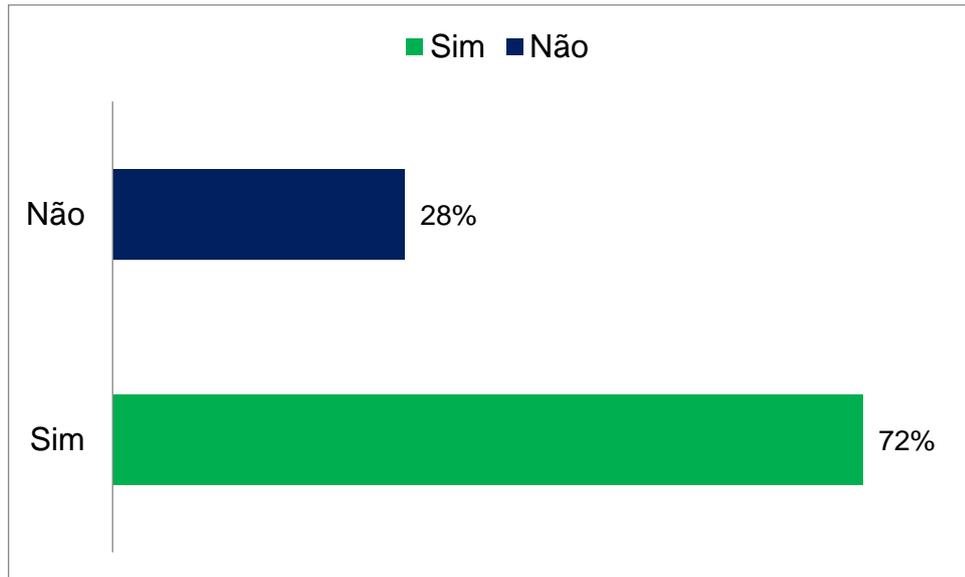


Figura 3 - Região em que os entrevistados residem.

Esse resultado corrobora com a pesquisa de Lelis & Soares (2016), onde a maioria dos visitantes entrevistados mora em locais próximos ao Parque do Mendanha, sendo esta porcentagem de 74% dos que afirmam residir próximo ou em comunidades e bairros adjacentes e 26% os que responderam não residir próximo.

No trabalho de Costa *et al.*, (2018) realizado no Parque Natural Municipal Chico Mendes, a maioria dos entrevistados, cerca de 72%, são moradores do bairro do Recreio dos Bandeirantes, bairro no qual está inserida a referida UC. E os demais visitantes provenientes de bairros adjacentes.

A presença marcante de visitantes do próprio local evidencia a popularidade e a importância do parque como opção de lazer e recreação e, de fornecimento de serviços ambientais associados às questões relativas à melhoria de qualidade de vida regional (TOMIAZZI *et al.*, 2006).

Respondendo a pergunta sobre bioma, 59% dos entrevistados responderam saber o que é bioma, 34% não sabia do que se tratava e 7% não soube responder a pergunta (figura 4).

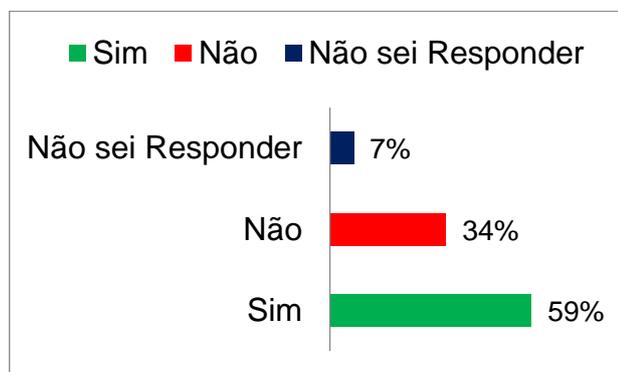


Figura 4 – Conhecimento dos visitantes sobre bioma.

Baseado no conceito de bioma dado por Walter (1986), Coutinho (2006) afirma que considerado como um ambiente, este conceito é fundamentalmente ecológico, levando em consideração não apenas o clima, mas também a altitude e as características do solo. Ele considera todo o ecossistema.

Ao serem questionados se acreditavam que o bioma do Parque Marapendi é mesmo de Mata Atlântica. De todos os entrevistados, 63% dos visitantes afirmaram acreditar que o bioma do Parque é o de Mata Atlântica, 17% afirmou que não e 20% não soube responder (figura 5).

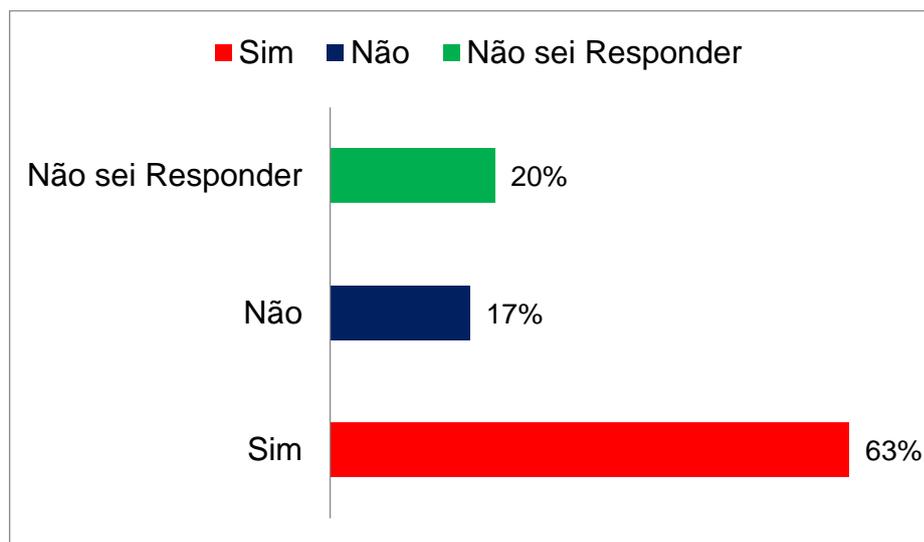


Figura 5 - Conhecimento dos entrevistados sobre o bioma de Mata Atlântica.

A Mata Atlântica é a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano (TABARELLI *et al.*, 2005).

O grande número de Unidades de Conservação no bioma Mata Atlântica apresenta causas históricas. Como margeia o litoral do país do RS até o RN, este foi o bioma que primeiro sofreu os impactos da colonização europeia e onde se estabeleceram os grandes centros urbanos. No início da política de implantação destes espaços protegidos no país, optou-se por conservar os remanescentes da vegetação da Mata Atlântica (LIGNANI, 2011).

Embora o número e a escala das iniciativas de conservação tenham crescido consideravelmente durante as últimas décadas, elas ainda são insuficientes para garantir a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica (TABARELLI *et al.*, 2005).

Quando questionados sobre o conceito de Unidade de Conservação, 66% dos visitantes do Parque Marapendi responderam saber o que é uma Unidade de Conservação, 25% não sabia do que se tratava e 9% não soube responder (figura 6).

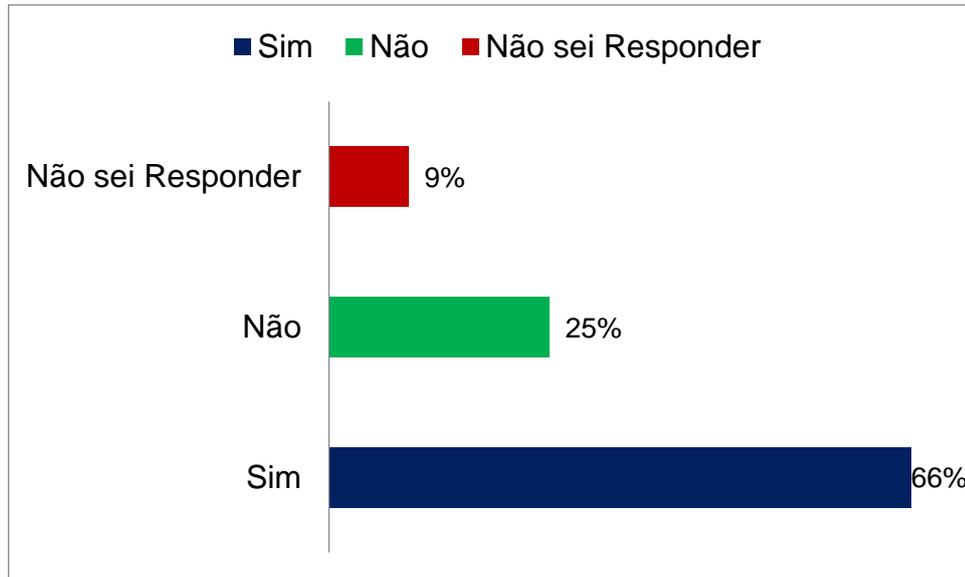


Figura 6 - Conhecimento dos visitantes sobre Unidade de Conservação.

O resultado vai de encontro com a pesquisa de Bresolin *et al.* 2010, onde os sujeitos pesquisados compreendiam as UCs como áreas protegidas, que possuem o objetivo de preservação, como se fossem porções intocáveis do território, reservadas a manter a natureza, áreas fiscalizadas e onde podem ser desenvolvidos estudos/ pesquisas.

Apesar do resultado obtido onde a maioria dos visitantes tem o conhecimento do que vem a ser uma Unidade de Conservação, muitos a relacionavam somente a conservação da área do Parque.

O resultado contrasta com a pesquisa de Costa *et al.*, (2018), onde 50% dos visitantes do Parque Natural Municipal Chico Mendes não sabiam o que era uma UC.

Em 1979, na tentativa de ordenar e sistematizar a criação e gestão de Unidades de Conservação no país foi proposta pelo Instituto brasileiro de Desenvolvimento florestal (IDF), a Primeira Etapa do Plano de Sistema de Unidades de Unidades de Conservação para o Brasil, com a Segunda Etapa sendo realizada em 1982. Entre o início da década de 1980 e durante toda a década de 1990, travava-se um intenso debate entre as principais correntes do pensamento ambientalista brasileiro sobre o escopo do Sistema de Unidades de Conservação que estava sendo elaborado (LIGNANI, 2011).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC é instituído pela Lei 9.985 de 2000 que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL,2000).

As unidades de conservação atualmente vêm desempenhando papel importante, uma vez que contribuem na preservação dos recursos naturais e proporcionam uma qualidade de vida para a comunidade (MENDONÇA & CÂMARA, 2012).

Compreender como as populações percebem, veem, interagem e agregam valores às UCs, ou seja, quais suas percepções ambientais, facilita os processos de gestão/ conservação dessas áreas. Essa compreensão também serve de subsídio à elaboração e implementação de programas de comunicação e EA, que beneficiem as relações entre as populações e as UCs (BRESOLIN *et al.*, 2010).

Mas há um grande número de desafios frente ao sistema de unidades de conservação: alguns intrínsecos a cada unidade; outros do sistema; e, ainda, outros em oposição ao conjunto de ações humanas que as unidades de conservação são destinadas a bloquear (RYLANDS & BRANDON, 2005).

Quando questionados se o Parque Marapendi tem alguma importância para a região, 99% dos entrevistados afirmaram que o Parque Marapendi tem importância para a região e 1% não soube responder se o Parque tem alguma importância (figura 7).

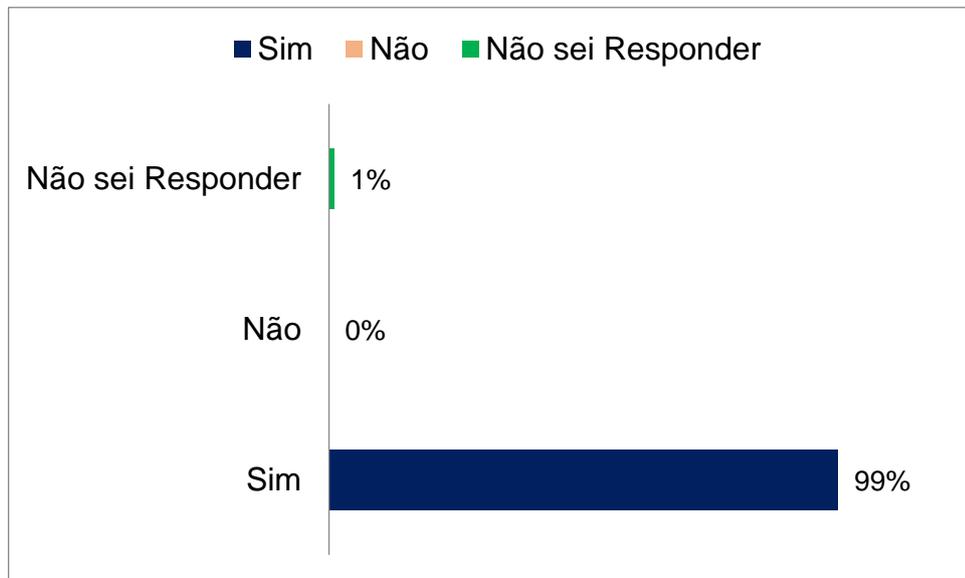


Figura 7- Importância do Parque Marapendi para a região.

O resultado encontrado corrobora com a pesquisa de Dall'Oglio *et al.*, (2017), pois de um total de 166 entrevistados, 161 responderam que consideram muito importante um parque como o Parque dos Buritis na cidade.

Uma das tendências observadas na gestão pública de diversas cidades brasileiras tem sido a criação de parques urbanos, tendo em vista que estes não apenas contribuem para a conservação ambiental, ou seja, a utilização racional dos recursos naturais disponíveis, mas também tornam mais agradável o dia-a-dia de quem reside nas grandes cidades (STREGLIO & OLIVEIRA, 2011).

Segundo Tomiazzi *et al.*, (2006), áreas verdes urbanas são valorizadas, pois conciliam a conservação fornecendo serviços ambientais relacionados à melhoria da qualidade de vida nas cidades e permitem atividades de recreação e lazer.

Questionados sobre o significado da educação ambiental, 92% dos visitantes entrevistados responderam saber o que significa educação ambiental, 4% não sabia o do se tratava e 4% não soube responder (figura 8).

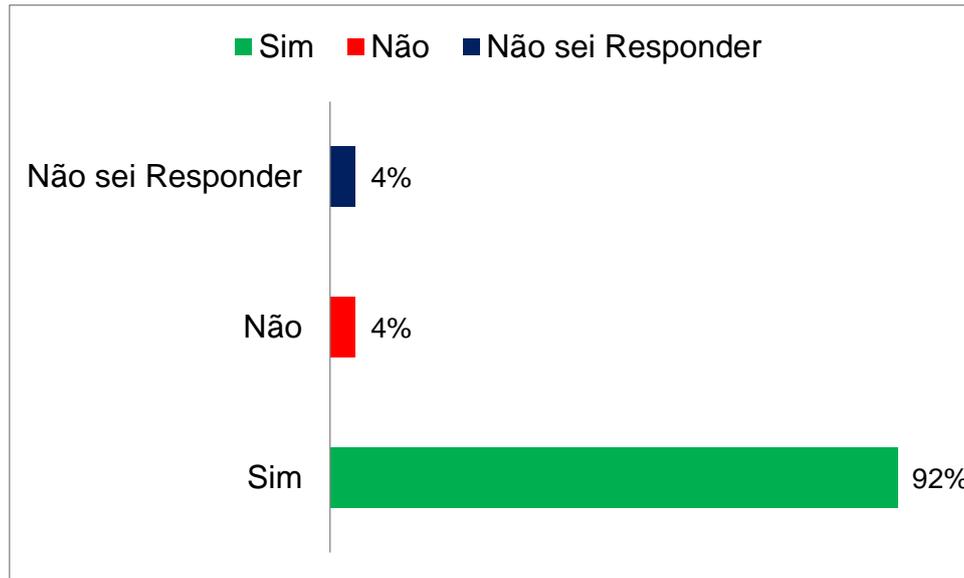


Figura 8 - Conhecimento dos entrevistados sobre educação ambiental.

A percepção ambiental nem sempre é algo expresso ou verbalizado cotidianamente na vida das pessoas, mas isso não significa que ela não seja vivenciada (PRADEICZUK *et al.*, 2015). Assim cada pessoa percebe o ambiente de maneira diferente, sendo que essa percepção é influenciada pela cultura e pelo nível de informações que essas pessoas adquirem ao longo da vida (TEIXEIRA, *et al.*, 2016).

Segundo Nascimento *et al.*, (2018), a educação ambiental conduz ao uso racional dos recursos naturais, por parte dos homens. É necessário conhecer o meio ambiente e as relações existentes no mesmo, só assim o homem poderá defendê-lo (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Acredita-se que a educação ambiental é uma excelente estratégia para uma mudança efetiva entre a relação homem natureza, pois quando os sujeitos estão bem informados se tornam cidadãos atentos a uma profunda mudança de atitudes e valores (TEIXEIRA, *et al.*, 2016).

Ao serem questionados sobre as atividades de educação ambiental, se essas influenciam no conhecimento e mudanças de práticas em relação ao meio ambiente, 98% dos entrevistados responderam que sim, 1% respondeu que não e 1% não sabia (figura 9).

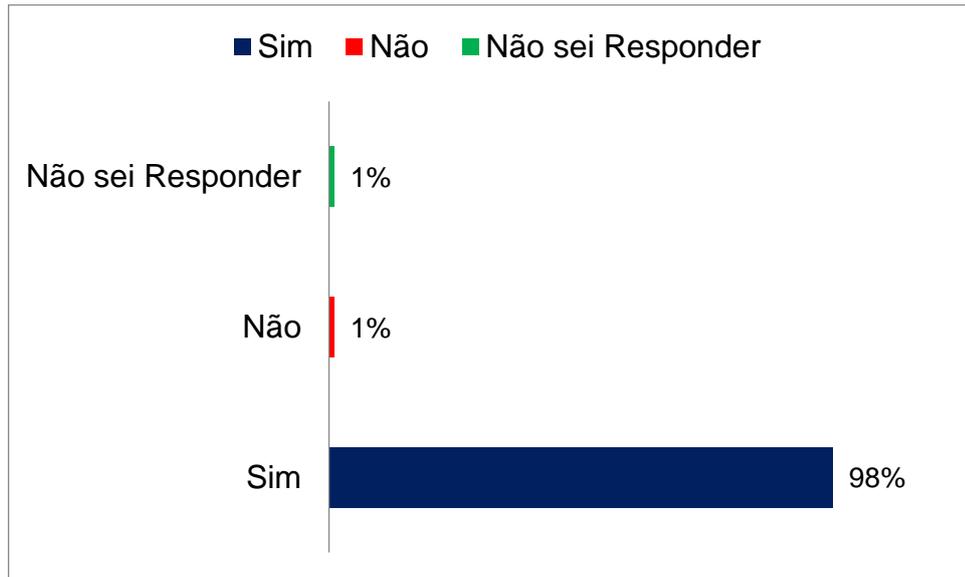


Figura 9 - Avaliação dos visitantes sobre a influência das atividades de educação ambiental.

A atividade de educação ambiental visa não só sensibilizar os visitantes e comunidades quanto a importância da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, mas também fornecer ferramentas para que tais atividades venham a ser incorporadas pelas comunidades que coexistem com as UC (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

A educação ambiental, quando trabalhada na escola, pode alterar a percepção, fazendo com que o jovem entenda a UC diferentemente dos seus familiares. Pode haver, portanto, conflito de percepções ou construção de uma nova percepção, própria da criança, a partir do que ela aprende em todo ambiente social em que está inserida (REMPEL *et al.*, 2008).

4 CONCLUSÃO

A educação ambiental com o objetivo de transformar valores, buscando a conservação dos recursos naturais e visando modificar atitudes com relação ao uso desses recursos, colabora com o desenvolvimento sustentável.

O Parque Natural Municipal de Marapendi tem um Centro de Educação Ambiental (CEA Marapendi), mas a maioria dos entrevistados da pesquisa, que visitam o Parque normalmente aos finais de semana, nunca frequentou ou participou das atividades oferecidas pelo CEA Marapendi.

Observamos que os visitantes não possuem um conhecimento claro sobre a importância do Parque e o seu bioma. A Unidade é utilizada principalmente para atividades de lazer e recreação.

Com relação ao conhecimento sobre educação ambiental, os entrevistados demonstraram saber do que se trata, relatando a importância da EA na modificação de atitudes com relação ao meio ambiente. Alguns visitantes relacionaram também a educação ambiental a atividades desenvolvidas nas escolas.

Concluimos, neste estudo, que a educação ambiental é importante para modificar a forma com que as pessoas percebem e se relacionam com o meio ambiente. A educação ambiental em Unidades de Conservação ajuda na compreensão do que são esses espaços, valorizando-os e assumindo um compromisso de conservação e cuidado.

REFERÊNCIAS

- BARROS, C. A. S. & BUENO, C. Breve caracterização do efeito de bordano Parque Natural Municipal de Marapendi – Rio de Janeiro. **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**, 2007.
- BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L. C. Educação ambiental ou educações ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 15, p. 36-48, 2005.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, DF, 2000.
- BRESOLIN, A. J.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.; MARINHO, J.R. Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto- Barracão/ RS-Brasil. **Perspectiva**, v. 34, n.128, p. 103-114, 2010.
- BUSHELL, R. & EAGLES, P. **Tourism and protected areas: benefits beyond boundaries: the Vth IUCN World Parks Congress**. Cabi, 347p., 2007.
- CARVALHO, L. C. G. & CATÓLICO, A. C. Entre a qualidade de vida e o capital: a Apa do Marapendi e o Grand Hyatt Hotel. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 8, n. 13, p. 11-22, 2015.
- COSTA, J. R.; MEDEIROS, T. A.; CAPISTRANO, F. A.; SANTOS, D. M. C. Parque Natural Municipal Chico Mendes: Percepção da população acerca de uma unidade de conservação de Proteção Integral na cidade do Rio de Janeiro. **Ciência Atual**, v. 11, n.1, 2018.
- COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, n.1, p. 13- 23, 2006.
- CUNHA, A. S. & LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. **Sinapse Ambiental**,[S. l.: sn], p. 66-79, 2009.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v.2, n.3, p.1-13, 2008.

- DALL'OGGIO, O. T.; SHENG, L. Y.; BENITEZ, N. H. M. Perfil dos visitantes do Parque dos Buritis, município de Lucas do Rio Verde- MT. **Nativa**, v.5, n.2, p. 107- 113, 2017.
- ESTEVES, F. A. & LACERDA, L. D. **Ecologia de Restingas e Lagoas Costeiras**. Macaé, NUPEM/UFRJ. p. 99-116, 2000.
- FERREIRA, M. C. E.; HANAZAKI, N.; SIMÕES-LOPES, P. C. Conflitos ambientais e a conservação do boto-cinza na visão da comunidade da Costeira da Armação, na APA de Anhatomirim, Sul do Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 4, n.1, p. 64-74, 2006.
- FRANCO, A. C.; VALERIANO, D. M.; SANTOS, F. M.; HAY, J. D.; HENRIQUES, R. P. B.; MEDEIROS, R. A. Os microclimas das zonas de vegetação da praia da restinga de Barra de Maricá, Rio de Janeiro. **Anais do Simpósio sobre Restingas Brasileiras, CEUFF Niterói**, p. 413-425, 1984.
- HECTOR, A. & BAGCHI, R. Biodiversity and ecosystem multifunctionality. **Nature**, v. 448, p. 188-190, 2007.
- HOGARTH, P. J. **The Biology of mangroves**. Oxford University Press (OUP), 1999.
- IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). **Guia das Unidades de conservação do Rio de Janeiro**, 1998.
- JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p.189-205, 2003.
- LEFF, E.; VALENZUELA, S.; VIEIRA, P. F. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, p. 61-108, 2001.
- LELIS, T. B. S. & SOARES, M. A. Ações em Educação Ambiental no Parque do Mendanha, Rio de Janeiro- RJ. **Educação Ambiental em Ação**, ano xv, n. 57, 2016.
- LIGNANI, L. B.; FRAGELLI, C.; VIDAL, A. L. Unidades de conservação da cidade do Rio de Janeiro: serviços ambientais, benefícios econômicos e valores intangíveis. **Revista Tecnologia & Cultura**, n.13, p.17- 28, 2011.
- MENDONÇA, D. J. F. & CÂMARA, R. J. B. Educação ambiental em unidades de conservação: um estudo sobre projetos desenvolvidos na APA do Maracanã. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia- SEGET**, 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. 160p, 2004.
- MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, n. 6, p. 45-51, 2005.

- MELO, B.; SAMPAIO, V. T.; PINTO, D. C.; VERÇOZA, F. C. Nível de conscientização ambiental dos visitantes do Parque Natural Municipal de Marapendi, RJ, em relação à conservação da Borboleta-da-praia (*Parides ascanius*, Cramer, 1775). **Revista Dissertar**, v. 1, n. 28 e 29, p. 67-74, 2018.
- MONTEIRO, G. M.; LOPES, T. N.; FERRÃO, A. C. D. J. A importância da educação ambiental em unidades de conservação – Caso Parque Natural Municipal De Marapendi, **Anais do 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade**, 2016.
- MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, n. 6772, p. 853- 858, 2000.
- NASCIMENTO, H. H. O.; MOREIRA, A. S.; SILVA, J. R. M. Educação ambiental em ação: o papel do ecoturismo em prol da sustentabilidade das unidades de conservação. **REDE- Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 12, n. 03, p. 62- 68, 2018.
- PEDRINI, A. D. G. **O contrato social da ciência: unindo saberes na educação ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 268 p, 2002.
- PEREIRA, A. B. Mata Atlântica: uma arbitragem geográfica. **Nucleus**, v. 6, n. 1, 2009.
- PRADEICZUK, A.; RENK, A.; DANIELI, M. A. Percepção ambiental no entorno da unidade de conservação Parque Estadual das Araucárias. **Revista Grifos**, n. 38/ 39, p. 23- 32, 2015.
- PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Planta. Londrina, 328p, 2001.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- REMPEL, C.; MÜLLER, C. C.; CLEBSCH, C. C.; DALLAROSA, J.; RODRIGUES, M. S.; CORONAS, M. V.; RODRIGUES, G. G.; GUERRA, T.; HARTZ, S. M. Percepção Ambiental da comunidade escolar municipal sobre a Floresta Nacional de Canela, RS. **Revista Brasileira de Biociência**, v. 6, n.2, p. 141- 147, 2008.
- RESENDE, M. & LANI, J. L. Pedossistemas da Mata Atlântica: considerações pertinentes sobre a sustentabilidade. **Revista Árvore**, v. 26, n. 3, 2002.
- RYLANDS, A. B. & BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v.1, n. 1, 2005.
- SAMMARCO, Y. M. Educación ambiental y paisaje en los espacios naturales protegidos de Brasil: Contribuciones a la construcción del documento ENCEA (Estrategias Nacionales de Comunicación y EA para el SNUC). **Educación ambiental: investigando sobre la práctica del Parques Nacionales**, p. 202-225, 2009.
- SILVA, J. M. C. & JUNQUEIRA, V. Educação e conservação da biodiversidade: uma escolha. In: JUNQUEIRA, V.; NEIMAN, Z. **Educação ambiental e conservação da biodiversidade: reflexões e experiências brasileiras**. Barueri, Manole. p. 35-48, 2007.

- SILVA, R. B. C.; SILVA, R. M.; COSTA, J. M. N.; COSTA, A. C. L. Eficiência de uso da água e da radiação em um ecossistema de manguezal no estado do Pará. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. **21**, n. 3, p. 104-116, 2006.
- SOUZA, P. C. & MARTOS, H. L. Estudo do uso público e análise ambiental das trilhas em uma unidade de conservação de uso sustentável: Floresta Nacional de Ipanema, Iperó- SP. **Revista Árvore**, v. **32**, n. 1, p. 91- 100, 2008.
- STREGLIO, C. F. C. & OLIVEIRA, I. J. Parques urbanos de Goiânia- GO: papel social e potencial turístico. **Raega**, v. **23**, p. 317- 339, 2011.
- TABARELLI, M.; PINTO, L. P.; SILVA, J. M. C.; HIROTA, M. M.; BEDÊ, L. C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megadiversidade**, v. **1**, n. 1, 2005.
- TOMIAZZI, A. B.; VILLARINHO, F. M.; MACEDO, R. L. G.; VENTURIN, N. Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Mendanha, município do Rio de Janeiro- RJ. **Revista Cerne**, v. **12**, n.4, p. 406-411, 2006.
- TORRES, D. F. & OLIVEIRA, E. S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. **21**, 2008.
- VARJABEDIAN, R. Lei da Mata Atlântica: retrocesso ambiental. **Estudos avançados**, v. **24**, n. 68, p. 147-160, 2010.
- VASCONCELLOS, A.; MÉLO, A. C.; SEGUNDO, E. M. V.; BANDEIRA, A. G. Cupins de duas florestas de restinga do nordeste brasileiro. **Iheringia, Série Zoológica**, v. **95**, n. 2, p. 127-131, 2005.
- VAZ, D. M. S. Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia- Valença (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. **3**, n. 1, 2010.